

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS DE UMA  
PROFESSORA EM FORMAÇÃO**

**Manaus-Amazonas  
2024**

**DENISE RODRIGUES TORRES**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS DE UMA  
PROFESSORA EM FORMAÇÃO**

Monografia apresentada à  
Universidade do Estado do  
Amazonas – UEA como requisito  
final para obtenção do título de  
Licenciado (a) em Pedagogia. Sob a  
orientação do (a) Professor (a):  
Dr<sup>a</sup>. Osmarina Guimarães.

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

D395ee TORRES, Denise Rodrigues  
Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e  
Adultos: Expectativas e vivências de uma professora em  
formação. / Denise Rodrigues TORRES. Manaus : [s.n],  
2024.

55 f.: il.; 3 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -  
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.

Inclui bibliografia

Orientador: Osmarina Guimarães de Lima

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Estágio  
Supervisionado. 3. Formação docente. I. Osmarina  
Guimarães de Lima (Orient.). II. Universidade do Estado  
do Amazonas. III. Estágio Supervisionado na Educação de  
Jovens e Adultos: Expectativas e vivências de uma  
professora em formação.


**DENISE RODRIGUES TORRES**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS DE UMA  
PROFESSORA EM FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado aprovado para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovado em 01 de agosto de 2024

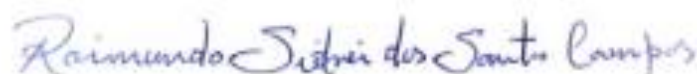
Banca Avaliadora:



Profa. Dra. Osmarina Guimarães de Lima  
Orientadora



Profa. Dra. Maria Edeluza Ferreira Pinto  
Membro



Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos  
Membro

## **DEDICO**

Ao meu pai, Ofir José da Silva Torres (in memorian), à minha mãe, Vanger Lúcia, às minhas irmãs Brenda e Talita e a minha filha Giovana. Dedico em especial à Marilena Martins (in memorian) egressa da Educação de Jovens e Adultos e aluna da UEA: Que você seja a inspiração de jovens adultos, para que saibam que é possível ter acesso a universidade. À eles todo o meu amor, respeito e admiração.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, e aos nossos santos protetores no qual confio.

À minha família, minha mãe Vanger Lúcia, minhas irmãs, Brenda e Talita Torres, minha querida filha Giovana Torres e ao meu pai Ofir (in memorian), que sempre me apoiaram nas decisões tomadas no decorrer da vida e da vida acadêmica.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Osmarina Guimarães, por não ter desistido de me fazer enxergar para além da universidade, por não ter largado minha mão em todos esses anos, por sua orientação, paciência, estímulo constante e pelo acolhimento, serei eternamente gratae a levarei sempre em meu coração.

Aos professores do curso que muito contribuíram para minha formação acadêmica, todo o conhecimento que foi compartilhado, serviu para me tornar quem sou hoje.

Aos gestores da Escola Municipal e demais pessoas que contribuíram para o desenvolvimento e conclusão do presente estudo.

À Marilena Martins (in memorian), ao meu grupo de estudos Enoy, Sigrid, Marizângela. Eu amo vocês e agradeço por toda a troca que tivemos.

Aos amigos adquiridos no decorrer da vida acadêmica, em especial a turma da pedagogia do amor, pelo incentivo e contribuição no meu desenvolvimento intelectual e profissional.

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. – (Eclesiastes 3).

## **RESUMO**

Esta monografia apresenta resultados de um estudo bibliográfico e documental sobre a prática docente e as experiências de estágio na educação de jovens e adultos. Teve como objetivo geral analisar as relações construídas entre a trajetória formativa no interior da Universidade e as experiências de Estágio na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Nesse sentido, elaboramos os seguintes objetivos específicos: Compreender como tem sido construída a Educação de Jovens e Adultos – EJA em seus aspectos históricos e legais. Refletir sobre a contribuição do Curso de Pedagogia para atuação na Educação Básica, mais especificamente, na Educação de Jovens e Adultos – EJA e destacar quais reflexões resultam da articulação entre o estudo teórico e as experiências no Estágio na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Para a fundamentação teórica estudamos as produções de autores importantes na área, dentre os quais, Selma G. Pimenta (2006), Moura (2003), Guasso (2019), Haddad e Di Pierro (2000), entre outros. Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa documental e bibliográfica, bem como a releitura dos relatórios de Estágio, especificamente o relatório III, a elaboração da fundamentação teórica e documental, seguindo a abordagem qualitativa. Foram utilizadas ainda, as reflexões construídas ao longo do processo formativo. A pesquisa foi pautada nos documentos Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos de novembro de 2000, Resolução Nº 3, de 15 de Junho de 2010, dentre outras. Os resultados evidenciam a contribuição do Estágio para a reflexão acerca da formação em pedagogia, tendo como base principal o exercício de refletir entre a teoria e a prática por meio das leituras realizadas, do plano de ação em perspectiva e demais interações com a realidade da Educação de Jovens e Adultos. Deste modo, concluí-se que a prática de estágio contribui de forma significativa ao aluno no contexto de incentivá-lo pela busca constante de aperfeiçoamento, autoavaliação, autoconhecimento e para a formação da própria prática docente, onde, ampliará a sua visão acerca da educação.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos – EJA, Estágio Supervisionado, Formação docente.

## **ABSTRACT**

This monograph presents the results of a bibliographical and documentary study on teaching practice and internship experiences in youth and adult education. Its general objective was to analyze the relationships built up between the formative trajectory within the University and the internship experiences in Youth and Adult Education - EJA. In this sense, we developed the following specific objectives: To understand how Youth and Adult Education (EJA) has been constructed in its historical and legal aspects. To reflect on the contribution of the Pedagogy course to work in Basic Education, more specifically, in Youth and Adult Education - EJA and to highlight what reflections result from the articulation between the theoretical study and the experiences in the Internship in Youth and Adult Education - EJA. For the theoretical foundation, we studied the productions of important authors in the field, including Selma G. Pimenta (2006), Moura (2003), Guasso (2019), Haddad and Di Pierro (2000), among others. The methodological procedures involved documentary and bibliographic research, as well as re-reading the Internship reports, specifically report III, the elaboration of the theoretical and documentary foundation, following the qualitative approach. Reflections built up throughout the training process were also used. The research was based on the National Education Guidelines and Bases Law No. 9.394 of December 20, 1996, the National Curriculum Guidelines for Youth and Adult Education of November 2000, Resolution No. 3 of June 15, 2010, among others. The results show the contribution of the internship to reflection on pedagogy training, based mainly on the exercise of reflecting between theory and practice through the readings carried out, the action plan in perspective and other interactions with the reality of Youth and Adult Education. In this way, it is concluded that the internship practice contributes significantly to the student in the context of encouraging them to constantly seek improvement, self-assessment, self-knowledge and the formation of their own teaching practice, where they will broaden their vision of education.

**Keywords:** Youth and Adult Education - EJA, Supervised Internship, Teacher training.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	14
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	14
1.2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	23
<b>2</b> CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DOCENTE E O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	<b>32</b>
2.1 EXPECTATIVAS ACADÊMICAS.....	32
2.2 A contribuição do curso de pedagogia para atuar na educação básica, mais especificamente, na educação de jovens e adultos.....	36
2.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
2.3.1 Aspectos históricos, administrativos e pedagógicos.....	38
2.3.2 Projeto Político Pedagógico e organização do trabalho pedagógico.....	42
2.3.3 A escola, a comunidade e a gestão democrático-participativa.....	44
2.3.4 Caderno de campo: observações, reflexões e limitações.....	46
2.3.5 Plano de Ação: perspectivas e limitações.....	50
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 52
REFERÊNCIAS.....	54

## INTRODUÇÃO

A temática educação e seus ramos de desenvolvimento tem sido objeto de pesquisa e discussão ao longo dos anos. Sendo discutida e analisada por pensadores, professores, que outrora expuseram e no contexto atual expõe às autoridades governamentais e ao próprio Ministério da Educação, os problemas vivenciados relacionados à formação de alunos e a necessidade de reformas nas legislações vigentes, especialmente em se tratando da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Esta monografia foi desenvolvida por meio de uma pesquisa que teve como objetivo geral analisar as relações construídas entre a trajetória formativa no interior da Universidade e as experiências de Estágio na Educação de Jovens e Adultos – EJA, em uma Escola Municipal na zona oeste de Manaus, relacionando-as com as perspectivas de atuação profissional nessa modalidade de ensino.

O interesse pelo tema justifica-se pela necessidade de compreender melhor a Educação de Jovens e Adultos em seus aspectos globais, relacionando-os com as experiências do Estágio nessa modalidade de ensino, uma vez que até a metade do Curso de Pedagogia a aproximação com as escolas é bem reduzida, concentrando-se a formação nas teorias e legislação que fundamentam a educação escolar, dentre elas a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Dessa maneira, as questões norteadoras desse trabalho foram: Como tem sido construída a Educação de Jovens e Adultos – EJA em seus aspectos históricos e legais? Qual a contribuição do Curso de Pedagogia para atuar na Educação Básica, mais especificamente, na Educação de Jovens e Adultos – EJA? E quais reflexões resultam da articulação entre o estudo teórico e as experiências no Estágio na Educação de Jovens e Adultos – EJA?

Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa documental e bibliográfica, bem como a releitura dos relatórios de Estágio, especificamente o relatório do Estágio III, além da elaboração da fundamentação teórica, seguindo a abordagem qualitativa. Foram também registradas nesta monografia as reflexões construídas ao longo do processo formativo.

Conforme Lakatos e Marconi (2012, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre um assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Sobre a pesquisa documental temos que:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente há que considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza (LAKATOS; MARCONI, 2012, p. 46).

Quanto à pesquisa bibliográfica, estudamos as produções de autores importantes na área, dentre os quais, Selma G. Pimenta (2006), Moura (2003), Guasso (2019), Haddad e Di Pierro (2000), dentre outros.

Em referência à pesquisa documental, os documentos pesquisados foram: Leide Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos de novembro de 2000, Resolução Nº 3, de 15 de Junho de 2010, Proposta Pedagógica Curricular da Educação de Jovens e Adultos da SEMED/ Manaus (2020).

Diante das informações recolhidas nos documentos e do estudo bibliográfico para construir a fundamentação teórica, visando o alcance dos objetivos propostos, os dados foram analisados qualitativamente. Como caracterizam os autores Ludke e André, “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, [...] as análises de documentos e as demais informações disponíveis” (1986, p.45).

Foram consideradas na análise as relações estabelecidas entre os aspectos teóricos apresentados pelos pesquisadores estudados, as diretrizes legais identificadas nos documentos pesquisados e as reflexões construídas a partir das vivências do Estágio na Educação de Jovens e Adultos. Por fim, apresentamos a compreensão da problemática, construída ao longo dessa experiência investigativa.

Caminhamos nessa direção buscando atender ao objetivo geral da pesquisa que foi analisar as relações construídas entre a trajetória formativa no interior da Universidade e as experiências de Estágio na Educação de Jovens e Adultos – EJA, relacionando-as às expectativas da formação docente no Curso de Pedagogia.

Do ponto de vista acadêmico e pessoal, a abordagem dessa temática possibilita a aquisição de capital intelectual. No âmbito social, o estudo, busca fomentar discussões sobre essa modalidade de ensino e sua contribuição para a formação do professor e do aluno cidadão. O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a Educação de Jovens e Adultos em dois segmentos de discussão, o primeiro abordando sobre os aspectos históricos e o segundo nos seus aspectos legislativos.

O segundo capítulo refere-se à descrição e análise dos resultados encontrados por meio das

reflexões construídas durante e após as atividades formativas na Universidade, além das vivências no Estágio na Escola de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

## CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA

A trajetória histórica da educação de jovens e adultos percorreu os períodos colonial, imperial, da república velha e até os dias atuais registrando uma série de discussões e lutas, não só para a alfabetização dessa população, mas também pelo desenvolvimento de uma educação diferenciada e de qualidade. A educação de adultos no Brasil iniciou-se a partir do período colonial, sendo o analfabetismo de adultos e sua influência no desenvolvimento do país, o principal motivo para criação de políticas educacionais voltadas à essa população.

Os primeiros registros históricos de educação de crianças, jovens e adultos no Brasil, apontam os jesuítas e missionários como seus precursores, visava principalmente, a educação religiosa, privilegiando a elite e com poucas alterações nos períodos históricos seguintes. Foi somente em meados do século XX, com as críticas advindas de países europeus sobre o elevado índice de analfabetismo, que as autoridades governamentais passaram a se preocupar com a educação de adultos. Consequente à essas críticas surgiram políticas educacionais específicas à esse grupo populacional. No percurso histórico da educação de jovens e adultos surgiram diversas iniciativas de combate ao analfabetismo.

No contexto brasileiro, Moura (2003, p. 26) menciona que,

a educação de adultos esteve presente desde o período colonial, iniciando-se com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais se desenvolvia uma educação visando formar uma elite religiosa. A educação dada pelos jesuítas, foi ela, transformada em educação de classe, com características das que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar

Pautados nas palavras dessa autora, verifica-se que a educação enquanto processo de formação desde o período colonial foi direcionada a sujeitos com maior poder aquisitivo, consequentemente, muitas crianças, jovens e adultos não tiveram acesso à escola.

A educação de adultos foi desenvolvida tanto por missionários como pelos jesuítas com fins de educar grupos indígenas e brancos. Moura (2003, p. 26) menciona que “aos indígenas, a educação visava, não só catequizá-los e educá-los, mas também prepará-los

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

para atuarem como mão de obra dos colonizadores portugueses. Os filhos dos colonizadores por sua vez, recebiam uma educação que estava vinculada ao serviço religioso ou ingresso na universidade.”

Sobre a educação de adultos desenvolvido no período colonial, Guasso (2019) menciona que a partir de 1549,

Os jesuitas fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação, cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas e embora se tratasse de um ensino religioso, foi o primeiro ato de ensino no país, tendo como público alvo dos ensinamentos, os índios adultos, pois os colonizadores portugueses precisavam de mão de obra para o desempenho das atividades extrativistas. O ensino oferecido aos adultos no período colonial, teve como prioridade ofertar ensino superior às classes dominantes, deixando de lado o ensino de adultos aos menos favorecidos, (pag. 15).

Nesse contexto entende-se que, os jesuitas desenvolveram uma educação pautada em pilares religiosos e profissionalizantes, na busca em formar mão de obra para os colonizadores. Educavam os filhos dos colonizadores com fins de acesso especificamente ao ensino superior. Os mesmos, fundaram escolas por toda a colônia brasileira,, exerceram atividades educacionais rigorosas que visavam principalmente beneficiar os colonizadores.

Ao refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos no período colonial, Moura (2003) destaca que,

com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal. Os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar, não encontravam espaço na reforma Pombaliana, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior (p.27).

Percebe-se que, com a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, também sobrevieram transformações na estrutura organizacional da educação. São observados as primeiras tentativas de escolarização pública.

Referente ao período imperial,

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Moura (2003, p. 27) menciona que, a preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia, por outro lado não havia interesse, por parte da elite na expansão da escolarização básica para o conjunto da população tendo em vista que a economia tinha como referencial o modelo de produção agrário.

É notório que o modelo educacional continuou privilegiando a elite. Não havendo preocupação com a educação das camadas mais pobres. A formação superior foi objeto de interesse dos regentes.

Com o declínio da monarquia, inicia-se o período do Brasil República, sobre o qual Moura (2003, p. 31) menciona que, “com a Proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas. O modelo educacional continuou privilegiando as classes dominantes”.

Relativo a essas fases, apesar de inúmeras reformas educacionais observou-se no período um descompromisso do governo em relação à educação.

O primeiro marco legal da Primeira República foi a Constituição de 1891, e sobre esse fato, Haddad e Di Pierro (2000) mencionam que, esse,

Consagrou uma concepção de federalismo em que a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada nas Províncias e Municípios. À União reservou-se o papel de “animador” dessas atividades, assumindo uma presença maior no ensino secundário e superior. Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente. (p. 109).

No âmbito da criação da Constituição de 1891, observa-se que o referido documento favoreceu a elite e excluiu a população adulta analfabeta do direito de voto, conseqüentemente excluindo a possibilidade de reivindicar diversos outros direitos, sendo um deles, a educação.

Dentro do contexto histórico do período republicano Haddad e Di Pierro (2000) acham pertinente frisar que,

O censo de 1920, que foi realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta. Até esse período, a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas. Isso

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

só viria a ocorrer em meados da década de 1940. À época, havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares que, normalmente era interpretada como instrução elementar das crianças, (p. 110).

Haddad e Di Pierro (2000), destacam ainda que:

No entanto, a partir da década de 1920, o movimento de educadores e da população em prol da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Os renovadores da educação passaram a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente pela oferta desses serviços, (p. 110).

No que diz respeito à citação anterior, nota -se que a população, além dos educadores, passou a movimentar – se em prol de melhorias na educação, buscando uma visibilidade não só voltada para crianças, mas sim, para os jovens e adultos que não tinham acesso à educação.

Ribeiro et al (2001) destaca que a educação básica de adultos, começou a delimitar seu espaço na história da educação brasileira,

a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. A ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando responsabilidades aos estados e municípios. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 40 (p. 19).

É possível perceber que as transformações que ocorriam nos âmbitos políticos e econômicos do país também começaram a acontecer no âmbito da educação, consequentemente, a educação dos adultos passa a ser discutida e valorizada.

Em 1947, foi criado o Serviço de Educação de Adultos, que promovia campanhas em prol da Educação de Adultos. Essas campanhas visavam fortalecer o aumento da produção econômica e as bases eleitorais dos partidos, pois se fundava o Estado Novo e se iniciava a redemocratização do país, além do que se observou a integração dos migrantes rurais aos centros urbanos.

Diante do enunciado, observa-se que o interesse dos governantes da época buscaram desenvolver ações e programas não só destinados à educação básica, mas também direcionadas à população adulta, porém, detendo uma visão capitalista que pretendia

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

umentar o contingente eleitoral e preparar mão de obra para atender às exigências econômica do país. Ressalta-se contudo, que nesse momento, já ocorria uma preocupação relativa à educação de adultos.

No Brasil, a primeira iniciativa pública, visando atender o segmento de adolescentes e adultos, ocorreu em 1947 com o lançamento da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), foi uma iniciativa do Ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho.

Do ponto de vista histórico geral, Romanzini (2013) refere que,

A educação para adultos surgiu a partir de perspectivas críticas advindas dos países europeus que manifestaram-se sobre a necessidade de educar as camadas populares pobres de forma a atender as necessidades de desenvolvimento pós-guerra, assim, a educação de adultos, tornou-se uma realidade a partir do final do século XIX quando alguns países considerados desenvolvidos do ponto de vista da industrialização e de conquistas sociais, sendo um desses países, a Inglaterra. O conceito para essa modalidade de ensino era de “educação contínua”, sugerindo um processo de aprendizagem constante, sem limites estanques.

Percebe-se aí que, todas as instituições escolares criadas na época norteamericanas e funções nas instruções da UNESCO, concentrando-se em atender os interesses políticos presentes no período pós-guerra. Entende-se que, as instituições ao buscarem atender aos interesses políticos do país, concentraram-se em desenvolver principalmente habilidades profissionais nesses sujeitos.

As décadas de 1950 e início dos anos 1960 foram marcadas por significativas transformações sociais, políticas e econômicas. O Brasil vivia o período da República populista e continuava com alto índice de analfabetos, as ideias sobre a educação como um direito de cidadania começam a aparecer e a ênfase na educação dos adultos começou a ser reforçada.

Essas décadas segundo Pacheco (2013, p. 5-6), foram marcadas pela busca de uma educação para todos e o desenvolvimento do país, onde se observou ações como:

Realização da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcando, assim, uma nova fase nas questões relacionadas à educação de adultos; atuação do educador Paulo Freire que emerge no cenário nacional com uma proposta de alfabetização conscientizadora, que fosse um instrumento de libertação das classes oprimidas. (Pacheco, 2013, p. 5-6).

Pelo exposto, entende-se que Paulo Freire ao apresentar o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos considerava viável alfabetizar grupos de adultos com base em

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

uma visão conscientizadora, aprendendo com as suas vivências do cotidiano e com uso de conteúdo com a qual tinham afinidade, seja no ambiente domiciliar ou no ambiente de trabalho. Percebe-se na ação de Paulo uma nova forma de educar.

Em meados de 1958 a 1964, o Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro marcava o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação, (Haddad e Di Pierro, 2000, p. 112).

Identifica-se que o Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro favoreceu aos educadores uma nova visão sobre a educação dirigida à população de adultos e a necessidade de organizar e redefinir o seu funcionamento. Nesse período, algumas experiências da educação de jovens e adultos foram criadas, vinculadas à valorização da educação e da cultura popular e à ampliação da participação das massas no processo político. Desse modo percebe-se que as iniciativas voltadas para educação refletiam a dependência do capitalismo e a necessidade em atender aos interesses econômicos vigente no país.

Nesse momento histórico verifica-se dois mecanismos sendo empregados na educação do povo: um buscando conscientizar a população dos seus direitos de cidadania e outro preocupando-se em formar sujeitos aptos ao trabalho de forma que o país pudesse acompanhar a política desenvolvimentista instituída pelos países estrangeiros. Percebe-se que a educação de adultos configura-se como instrumento político, visto que o adulto alfabetizado poderia votar.

Nesse espaço histórico de 1960-1964, onde grande parte da população de jovens e adultos era analfabeta e não podiam exercer sua cidadania plena e não tendo direito a participar das eleições é que surgem movimentos e iniciativas dirigidas à alfabetização de adultos como o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco, Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler Natal-RN), Movimento de Educação de Base (MEB/Centros Populares de Cultura (CPC's) que eram ligados à Igreja Católica dirigidas à alfabetização de adultos, visando transformar a realidade social dessas pessoas. O principal organizador desses movimentos foi Paulo Freire.

Os pensamentos e ações do educador Paulo Freire, compreendemos, preconizavam uma

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

educação libertadora, com aspectos pedagógicos voltados para um contexto comunitário e participativo e que estimulava o sujeito a refletir não só sobre os seus deveres, mas também sobre suas condições de vida e a origem de seus problemas. O interesse desse educador era a formação crítica e o diálogo.

O pensamento pedagógico do educador Paulo Freire e sua proposta para a alfabetização de adultos, segundo Ribeiro et al (2001, p. 22),

Inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular realizados no país no início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares [...], atuaram os educadores do MEB — Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos CPCs - Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE — União Nacional dos Estudantes, dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais e tinham apoio de administrações municipais.

Percebe-se nos enunciados que, Paulo Freire e seus apoiadores, pautaram suas ações num contexto político onde a população buscava por melhorias de vida em todos os seus aspectos, e não só no âmbito da educação. No contexto político existente suas ações tendiam a desagradar os governantes.

Com o golpe militar de 1964, Ribeiro et al (2001, p. 25-26) destacam que,

Os programas de alfabetização e educação popular que haviam se multiplicado no período entre 1961 e 1964 foram vistos como grave ameaça à ordem e seus promotores duramente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, até que, em 1967, ele mesmo assumiu o controle dessa atividade lançando o Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Desse modo Paulo Freire e seus colaboradores que defendiam a educação popular foram reprimidos em suas ações e os cursos foram suspensos, assim como, outros promotores que defendiam a educação popular à época foram reprimidos e suas ações suspensas durante o regime militar.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, enfatizam Haddade Di Pierro (2000, p. 114), “foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação MOBREAL, fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial, que buscou uma alternativa ao trabalho da Cruzada ABC, programa de maior extensão apoiado pelo Estado, em função das críticas que vinha recebendo”.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Sobre o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização, Pacheco (2013, p.

6) destaca que,

Diante do grave problema do analfabetismo no Brasil e das pressões externas, o governo militar lança, a partir de 1967, o MOBREAL, movimento educacional que se estendeu por todo território nacional, variando sua atuação. Esse movimento existiu durante toda a ditadura militar, sendo extinto com o fim desta, vindo, em seguida, a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, ambos extintos sem alcançarem as metas esperadas.

Diante do exposto entende-se que o MOBREAL configurou-se como uma estratégia governamental que visava a extinção do analfabetismo no país, recebeu incentivos financeiros do governo, contudo, foi amplamente criticado pelos métodos de ensino empregados e ao final não conseguiu cumprir com seus objetivos.

Haddad e Di Pierro (2000, p. 116) destacam que “foi no âmbito dos anos 1970 e início dos anos 1980, que o Ensino Supletivo se firmou por sua diversidade na oferta e por sua flexibilidade”.

Nota-se que esta seria a possibilidade de atualização para aqueles adultos que gostariam de acompanhar o movimento de modernização da educação para fins de atualização, mas, principalmente seria a chance de escolarização daqueles adultos que perderam a oportunidade de estudar em outras épocas, devido as demandas do cotidiano.

Nessa mesma perspectiva, ainda que vivenciando o regime militar, o ensino supletivo propunha ao sujeito a recuperação dos estudos em atraso mantendo-o atualizado quanto aos processos de modernização que estavam ocorrendo na época. Essa flexibilidade oferecida pelo supletivo supunha promover uma formação mais rápida e informal, sem as exigências presentes nas escolas tradicionais.

Na década de 1980, a nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a Educação de Jovens e Adultos, onde o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

Concebida pela Nova República, a Constituição de 1988 preconiza em seu conteúdo, a garantia de direitos aos cidadãos brasileiros, dentre esses, o direito à educação.

Ribeiro et al (2001), reforçam a afirmativa anterior mencionando que,

A história da educação de jovens e adultos - EJA no Brasil chega à década de 90, reclamando por reformulações pedagógicas, necessárias

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

tanto na educação para adultos como também em todo o ensino fundamental. Do público que tem ocorrido aos programas para jovens e adultos, a maioria é constituída de pessoas que já tiveram passagens fracassadas pela escola, entre elas, adolescentes e jovens recém-excluídos do sistema regular. Esta situação ressalta o grande desafio pedagógico, em termos de seriedade e criatividade, que a Educação de Jovens e Adultos - EJA impõe: como garantir a esse segmento social, um acesso à cultura letrada que lhe possibilite uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura (p. 34).

Observa-se nas palavras da autora, que tanto os educadores como a população em geral, solicitavam reformas na educação e o adequado desenvolvimento de projetos educacionais envolvendo a população de jovens e adultos e o seu acesso à escola. Essas necessidades estando ligadas a outras tais como, melhoria nas condições de vida e trabalho.

Na década de 1990 incumbidos pelo governo ocorreram parcerias entre Organizações não governamentais (ONG's), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais, em prol de melhorias da educação de jovens e adultos, sendo a EJA naquele momento, registrada e intitulada como “Boletim de ação Educativa”, percebendo - se mais uma vez o descaso em relação à educação de jovens e adultos.

No contexto atual Nascimento (2013) menciona que,

Os cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA são oferecidos nas formas: presencial, semi-presencial e à distância (não presencial) além de exames supletivos; no que se refere aos conteúdos, a educação de jovens e adultos - EJA deve atender aos preceitos curriculares referentes a cada nível de ensino em que está associada (ensino fundamental e ensino médio), tanto em termos de elaboração dos cursos presenciais como semipresenciais e não-presenciais; quanto à organização curricular da educação básica, (p. 18-19).

Com base nas reflexões Nascimento (2013), os sistemas de ensino a desenvolverem a modalidade de educação de jovens e adultos - EJA deverão considerar as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

No artigo 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, fica estabelecido que, “2º . Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”.

Entendemos com o citado acima que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu artigo 38, propõe aos sistemas de ensino considerar e respeitar a realidade dos educandos nos âmbitos regionais locais e culturais. No artigo também se enfatiza que para além das disciplinas básicas, será considerado o conhecimento empírico desses alunos.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

## **1.2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

O texto a seguir aborda de forma breve os aspectos legais relativos à Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Citam-se, a Lei da reforma de 1º e 2º Grau de Nº5.692/71, Lei de diretrizes e bases da educação LDB 9.394/96, assim como, o Parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 11/2000; incluímos ainda, as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1/ 2000 e Resolução de Nº 3/2010, especificamente mencionando as principais contribuições para a educação de jovens e adultos.

### **1.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 5.692/1971**

O Brasil vivenciava na década de 1970 o regime da ditadura militar, convivendo com críticas diversas, nacionais e internacionais que estavam relacionadas a questões de educação, produção de mão de obra para atender às demandas de desenvolvimento econômico do país. À época, o problema do analfabetismo continuava, sendo assim, se faziam necessárias reformas em vários segmentos, um deles, a educação.

No segmento das reformas na educação Almeida e Corso (2015, p. 1291) mencionam que, na década de 1970, pela primeira vez na história, na Lei da reforma de 1º e 2º Grau de Nº5.692/71 é que se estabeleceu, um capítulo específico para educação de jovens e adultos: sendo o capítulo IV a versar sobre ensino supletivo. No entanto, apesar de reconhecer a educação de jovens e adultos como um direito à cidadania, a Lei em questão limitou o dever do Estado à faixa etária de 7 a 14 anos.

Sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/1971, Haddad e Di Pierro (2000), mencionam que:

Uma parcela significativa do projeto educacional do regime militar foi consolidada juridicamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 5.692 de 11 de agosto de 1971. Foi no capítulo IV dessa LDB que o Ensino Supletivo foi regulamentado, mas seus fundamentos e características são mais bem desenvolvidos e explicitados em dois outros documentos: o Parecer do Conselho Federal de Educação. n. 699, publicado em 28 de julho de 1972, de autoria de Valnir Chagas, que tratou especificamente do Ensino Supletivo; e o documento “Política para o Ensino Supletivo”, produzido por um grupo de trabalho e entregue ao ministro da Educação em 20 de setembro de 1972, cujo relator é o mesmo Valnir Chagas (p. 116).

Sobre o Parecer do Conselho Federal de Educação Nº 699, Haddad e Di Pierro (2000, p. 116) referem que, o seu autor Valnir Chagas aponta o supletivo como “o maior desafio proposto aos educadores brasileiros na Lei 5.692”, o Ensino Supletivo visou se constituir

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, que poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas.

Dessa forma as implementações feitas pela Lei nº 5.692/1971 enfatizam uma nova concepção de escolarização da população. A lei especifica como da responsabilidade do Estado a faixa etária de 7 a 14 anos, deixando uma interrogação sobre de quem seria a responsabilidade das outras camadas etárias. Ademais subtende-se que o ensino supletivo viria para resgatar o indivíduo que não teve acesso aos estudos e ainda prepará-lo para atuar como mão de obra.

O capítulo IV da Lei da reforma de 1º e 2º Grau de Nº5.692/71 com 5 artigos que abordam sobre o ensino supletivo, a saber,

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou

concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. Parágrafo único: o ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Ainda segundo a referida Lei, é estabelecido no Art. 25 que:

Art. 25 O ensino supletivo abrangerá, conforme a necessidade a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas de ensino regular e a atualização de conhecimentos. § 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajuste às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam. § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante utilização de rádios, televisão, correspondência ou outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos (BRASIL, 1971).

Quanto aos exames supletivos, essa Lei regulamenta o seguinte:

Art. 26. Os exames supletivo compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizadas para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho; § 1º Os exames a que se refere este artigo e realizar-se: a) ao nível de conclusão de ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos; b) ao nível de conclusão de 2º grau, para os maiores de 21 anos; § 2º Os exames supletivos ficarão a cargo dos estabelecimentos oficiais ou reconhecidos indicados nos vários sistemas, anualmente pelos

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

respectivos Conselhos de Educação; § 3º Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino ou parte deste de acordo com as normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação (BRASIL, 1971).

No que consiste os cursos de aprendizagem:

Art. 27. Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries de ensino do 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional. Parágrafo único: Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e atividades que forem equivalentes ao ensino regular conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas (BRASIL, 1971).

Quanto aos certificados “Art. 28. Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições de ensino que os mantêm” (BRASIL, 1971).

Ao considerarmos o conteúdo exposto nos artigos citados, percebemos que, o ensino supletivo foi criado visando a captação de sujeitos que abandonaram os estudos ou não concluíram o ensino básico. Que esses sujeitos seriam atendidos conforme sua necessidade de aprender, por exemplo, aprender a ler, escrever e contar; que os cursos supletivos poderiam ser desenvolvidos por diversos meios de comunicação; que cursos de aprendizagem poderiam ser realizados como forma de prosseguimento dos estudos; que as instituições que oferecessem curso supletivo seriam as responsáveis pela realização de exames de habilitação assim como pelo fornecimento de comprovantes de conclusão de curso.

### **1.2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996**

Ao longo da história, a organização e estrutura da educação nacional foi traçada observando o momento político em que o país se encontrava, ficando evidente aos seus organizadores esses documentos uma vez concluídos deveriam atender principalmente aos interesses políticos vigentes e em segundo plano atender às necessidades da sociedade em geral. A redação da Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 surgiu num contexto político onde seus organizadores buscavam agradar os governantes e também atender os inúmeros educadores que solicitavam mudanças no sistema de ensino no país assim como buscavam uma visão holística sobre diversos grupos populacionais.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

A educação de jovens e adultos é destacada na Lei de Diretrizes e Bases Nº9.394/1996, na seção V, no artigo 37 onde é enfatizado que,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames; § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (Brasil, 1996, p.17).

No que tange ao conteúdo do artigo 37, fica claro que a modalidade de ensino de educação para jovens e adultos será reservada para aqueles sujeitos que não tiveram acesso à escola ou que não puderam continuá-la.

Considerando importante ressaltar ainda a seção V, artigo 38 da referida Lei onde é especificado que,

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. (Brasil, 1996, p. 17).

O artigo 38 por sua vez, especifica que no exame supletivo serão realizados exames que possibilitem o acesso a outros níveis escolares.

Relativo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 entendemos que uma das características mais marcantes da mesma está em relacionar a educação a outros segmentos da vida do indivíduo incluindo a família, o trabalho e a relação desse com a sociedade em geral. Em sua redação a Lei assinala que a educação é um direito constitucional e de responsabilidade dos Estados e municípios, sendo a oferta de ensino gratuita. No que se refere à proposta curricular enfatiza a inclusão de disciplinas básicas como a Língua Portuguesa e Matemática entre outras disciplinas como elementos importantes para a formação dos alunos pretendendo dessa forma incutir nos adolescentes e adultos um senso de cultura geral.

Entendemos que, a seção dedicada à educação básica de jovens e adultos revela a preocupação na garantia da continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

tiveram oportunidade na idade própria garantindo aos jovens e adultos o direito ao ensino básico adequado e que essa modalidade de ensino deveria ser adequada às suas condições peculiares de estudo; reforça em seu conteúdo sobre o dever do poder público de garantir o acesso e a permanência do aluno no espaço escolar.

Sobre da Lei nº 9.394, de 1996, Machado (2016 p. 439) aponta que:

No processo de elaboração de sua redação, são evidentes as diferenças e disputas conceituais. O texto aprovado em 1996, destaca-se pela sua extensão e detalhamento de responsabilidades e ações a serem assumidos pelos governos e pela sociedade civil. Outra diferença, é a ênfase na caracterização específica de uma modalidade para trabalhadores, pensada nas condições e contradições do mundo do trabalho, visando uma garantia de direitos aos jovens e adultos não escolarizados e seguíam sendo responsáveis pela produção da riqueza no País.

Nesse sentido, entendemos que o interesse na alfabetização de jovens e adultos se concentrava na questão de formar mão de obra, ao qual, atendesse aos requisitos políticos-econômicos do país e minimizasse os números ainda crescentes de analfabetismo e de pessoas fora da escola.

Na análise da redação Lei nº 9.394, de 1996, Machado (2016, p. 439) menciona que não houve ganhos no campo da Educação de Jovens e Adultos - EJA, somente derrotas,

primeiro, a clara perda de identidade de uma modalidade para trabalhadores, que deveria ser assumida por eles e pela sociedade como um todo, envolvendo o Estado como proponente da política educacional e o comprometimento coordenado dos segmentos de empregadores, sindicatos e instituições formadoras de educadores. O que leva a segunda derrota, de um passado que não passou: a Lei nº 9.394, de 1996 é a reafirmação da perspectiva de suplência, expressa nos artigos 37 e 38, que poderia ter sido superada se a redação pudesse se concentrar em garantir as ofertas diferenciadas de educação básica para a modalidade (p. 439).

O artigo 37 da Lei de Lei Nº 9.394, de 1996 aborda sobre a educação de adultos e quem são sujeitos que poderão ter acesso a essa modalidade de ensino. O artigo 38 aborda sobre o sistemas de ensino manterem o ensino supletivo e a realização de exames que possibilitem o aluno a ter acesso a outros níveis escolares.

Cabe ressaltar que no contexto do final de 1996 até início de 2016, conforme Machado (2016, p. 442),

a Educação de Jovens e Adultos - EJA ocupou um espaço na agenda da política educacional brasileira, com tentativas de se configurar como política pública. Nesse período houveram, tentativas de solucionar problemas relativos à garantia do direito a educação para os jovens trabalhadores do país e não se pode dizer que a Lei, efetivamente, alcançou seus objetivos, em termos da escolarização desta população.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Conforme observado, não houve um sucesso na busca de tornar a Educação de jovens e adultos, uma política pública, colocando mais uma vez essa população em um nível de escolarização precária, educação essa que deveria ser garantida por lei.

Diante do exposto por Machado (2016) percebemos que a autora reconhece as lutas travadas no âmbito das questões normativas relacionadas à educação, faz críticas à redação da Lei de Diretrizes e bases de Educação nº 9.394, de 1996 porém, reconhece a importância desta na modificação do sistema de ensino; reconhece que, a educação de jovens e adultos necessita discussão em torno de sua organização e o conhecimento sobre quem são os sujeitos que buscam ou participam dessa modalidade de ensino.

### **1.2.3 Parecer CNE/CEB Nº 11/2000**

Miranda e Araújo (2019, p. 2), apontam sobre o parecer CNE/CEB nº 11/2000

Foi aprovado em 10 de maio de 2000, sendo este o que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, indica que a Educação de Jovens e Adultos não possui mais a função de suprir somente a escolaridade perdida, tendo sim, uma função reparadora, qualificadora e equalizadora, e é garantida dessa forma na legislação. O Parecer aponta que, é por meio da Educação de Jovens e Adultos - EJA que muitas pessoas encontram a oportunidade de terminar os estudos e buscar uma melhor qualidade de vida por meio do conhecimento e se preparar melhor para o mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo e exige uma formação continuada, adequada, trazendo então essa equidade para proporcionar também um maior desenvolvimento do país.

O texto do Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB 11/2000 regulamenta que:

o ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, buscando nortear as ações nos diversos espaços educativos que recebem jovens e adultos. É importante reiterar, desde o início, que este parecer se dirige aos sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob a forma presencial e semi-presencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica. Para tais estabelecimentos, as diretrizes aqui expostas são obrigatórias bem como será obrigatória uma formação docente que lhes seja consequente, (Brasil, 2000, p. 4).

Este documento visa assegurar que todos os estudantes envolvidos na Educação de Jovens e Adultos recebam uma educação de qualidade, que respeitem suas características e necessidades individuais, contribuindo assim para sua formação integral e para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

No discurso dos relatores do parecer 11/2000 fica claro, que o problema na educação de adultos no Brasil é histórica, que o país tem uma grande dívida com essa população que esses indivíduos merecem ter seus direitos de acesso à uma educação de qualidade. Fica claro que no parecer que é por meio da modalidade de ensino Educação para Jovens e Adultos – EJA que o Parecer ao ser criado regulamenta um modelo já utilizado em vários setores sociais, a saber igrejas, centros e associações comunitários.

#### **1.2.4 Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**

A resolução CEB de nº 1 de 05 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, norteia os currículos para a Educação de Jovens e Adultos – EJA nos mais diversos ambientes escolares,ressaltando a necessidade de respeito aos princípios e normas da LDB:

Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

No artigo 2º , ressalta ainda que:

Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º ,37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional.

A Resolução não dissocia a Educação de Jovens e Adultos – EJA da educação profissional, isso só será alterado na Lei 11.741/2008.

#### **1.2.5 Lei Nº 11.741 de 16 de julho de 2008**

A Lei 11.741 de 16 de julho de 2008, foi sancionada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2018, p. 1), a Lei altera dispositivos daredação original da LDB 9394/1996, visando redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

No que se refere a Educação de Jovens e Adultos - EJA, o artigo 37 da referida lei apresenta mudanças quanto aos objetivos, é mencionado no “§ 3º que, a educação de

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”.

### **1.2.6 Resolução de Nº 3, de 15 de Junho de 2010**

As Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sinalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), abrange diversos aspectos essenciais para garantir o acesso e a qualidade educacional, especialmente para este público. Deste modo, amplia seu espaço no âmbito legislativo com a Resolução de Nº 3, de 15 de Junho de 2010.

Art. 1º. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, idade mínima e certificação nos exames de Educação de Jovens e Adultos – EJA, destacando ainda, a Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Em resumo, essas diretrizes, buscam assegurar a inclusão educacional, promovendo a flexibilidade nos cursos, garantindo a adequação dos exames de certificação e viabilizando o acesso à educação por meio de modalidades como a Educação a Distância, sempre com foco na qualidade e na eficácia do aprendizado.

A referida Resolução mantém os princípios, objetivos e as diretrizes formulados no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Miranda e Araújo (2019, p.2) referem que,

os desafios da Educação de Jovens e Adultos – EJA, vão além da alfabetização daqueles que não tiveram essa oportunidade quando mais novos. Mas sim de trazer para essas pessoas o conhecimento crítico, de valorização de si mesmo, de viver de forma justa, de poder ter iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal, social, profissional e crítico.

É importante entender que a educação para a educação de jovens e adultos, não se resume apenas à aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, envolve também, a promoção de um conhecimento crítico, emancipatório e único, que capacita os alunos para a valorização de si mesmo, faz com que vivam de forma justa e tenham igualdade, as oportunidades nos diversos aspectos de suas vidas.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Essa modalidade não é definida propriamente pelo recorte etário ou geracional, e sim pela condição de exclusão socioeconômica, cultural e educacional da parcela da população que constitui seu público-alvo. Esses autores enfatizam que, é por meio da Educação de Jovens e Adultos – EJA que muitas pessoas encontram a oportunidade de terminar os estudos e buscar uma melhor qualidade de vida por meio do conhecimento e se preparar melhor para o mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo e exige uma formação continuada, adequada, trazendo então essa equidade para proporcionar também um maior desenvolvimento do país. Miranda e Araújo (2019, p.2)

Ao proporcionar a oportunidade para que essas pessoas possam completar seus estudos, as Leis que amparam o ensino à Educação de jovens e adultos, não contribuem apenas capacitação acadêmica desses alunos, mas também os prepara para desafios do mundo do trabalho que está cada vez mais exigente. Com a formação contínua e adequada proposta pela EJA, os indivíduos podem competir de maneira mais eficaz em um ambiente profissional competitivo.

No âmbito atual, o governo do atual presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, apresentou ao congresso o novo projeto de Lei que institui o Plano Nacional da Educação para o período vigente de 2024 à 2034, onde trás como um dos objetivos principais a superação do analfabetismo de jovens e adultos, bem como, a superação das desigualdades educacionais.

O projeto de Lei do plano nacional de educação visa:

Estruturar, de forma participativa, currículos, projetos pedagógicos e práticas pedagógicas condizentes às especificidades dos estudantes da modalidade da educação de jovens e adultos, especialmente as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir a qualidade da educação e a permanência na escola.

Nota – se que é importante implementar estratégias de forma participativa, ouvindo e incorporando as vozes dos próprios estudantes e da comunidade. É fundamental ainda, para garantir que a educação oferecida seja realmente inclusiva e eficaz.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

## **CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DOCENTE E O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Neste capítulo, relato as experiências e medos vivenciados enquanto acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia, destacando de forma sucinta, o ingresso à universidade, bem como, as experiências nela construídas, tanto nas disciplinas teóricas quanto nos estágios supervisionados, em especial no estágio na Educação de Jovens e Adultos que para mim, mobilizou várias inquietações.

### **2.1 Expectativas acadêmicas**

Meu nome é Denise Torres, minha relação com a escola começou muito cedo, fui admitida em uma escola para crianças especiais após a avaliação pedagógica ter considerado que eu possuía um desenvolvimento cognitivo precoce.

A escola era localizada no bairro de Aparecida e as lembranças que possuo não me permitem ser esquecidas, pois, as pessoas que dela fizeram parte lembram-me constantemente de diversos episódios.

A primeira coisa que eu lembro ao me referir à escola é da casa da minha avó, meus pais trabalhavam e todo dia iam me deixar na casa dela porque eram meus tios que me levavam à escola. Eu estudava no turno da tarde, então, a preparação começava cedo: banho, almoço, penteados no cabelo, lancheiras e outros. Meus tios, jovens adolescentes, eram incumbidos da tarefa de me deixar na escola. A casa da minha avó ficava longe e precisávamos nos locomover com o transporte público. O caminho que percorria para escola ainda é lembrado com carinho, pois, a cada buraco na rua, calçada ou mesmo cerâmica quebrada, eles me suspendiam.

A minha adaptação na escola foi a melhor possível desde o primeiro dia, gostava de estudar e era participante. Observando hoje, posso dizer que fui uma criança privilegiada em poder estudar nessa escola onde todos eram especiais, inclusive eu. Tinha 03 anos e estudava com crianças da minha idade, mas como toda criança, eu era também o terror.

Lembro-me que mordida o braço das crianças e uma delas era constante. O castigo? – Era assistir aula na sala das crianças de 07 e 08 anos para que eu me sentisse intimidada por eles serem maiores do que eu. Não adiantava, lá estava eu mordendo as crianças novamente.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Ainda me recordo das brincadeiras, das aulas, dos castigos e principalmente das danças que até os 17 anos de idade fizeram parte da minha vida. Aos 04 anos fui transferida para a escola do SESC – Serviço Social do Comércio, vivenciei os melhores anos escolares na infância, fiquei estudando lá até os 07 anos.

Iniciei no SESC no maternal II, por ter vindo transferida da escola pública da Aparecida, e amava aquela escola, até hoje, quando vou lá, as lembranças são as melhores possíveis. Tinha uma professora participativa, legal e que se preocupava com os alunos. Recordo-me que havia um quadro na sala, onde, cada aluno possuía um envelope e conforme a criança se comportava ganhava uma estrelinha. No outro quadro tinha um cartaz que dizia como o aluno tinha sido naquele mês.

Os trabalhos realizados eram carimbados com uns parabéns e estrelinhas, quanto mais estrelinhas mais a criança ficava alegre. Era sinal de que tinha se saído bem naquela tarefa. A professora ficou marcada na memória, pois era muito alegre, tinha uma boa relação com os pais também porque eu era a ajudante dela.

Chegava cedo e arrumava a sala. A escola realizava atividades no chapéu de palha, caminhadas e passeios. A feira do livro é desenvolvida até os dias atuais e participávamos ativamente como incentivo à leitura.

Passados os primeiros anos escolares que foram marcantes, outra etapa de estudos que faço questão de destacar foi o ensino médio. Muito espera-se do jovem ao finalizar o ensino médio. A definição de uma profissão, faculdade, trabalho, responsabilidades. Muitas vezes, essa cobrança começa ainda na infância. O que você quer ser quando crescer é uma pergunta constante no cotidiano de muitas famílias.

No meu caso não foi diferente. Muitos questionamentos, uma leve pressão por parte dos meus pais para que eu pudesse me tornar uma profissional da área da saúde ou de qualquer outra área, contanto que ao finalizar o ensino médio eu já soubesse o que queria.

Ao concluir o Ensino Médio, não segui os passos comumente seguidos pelos demais jovens. Ao invés de um curso superior, busquei um curso técnico. Quase na finalização deste curso técnico, engravidei. Deixando mais distante a realidade de um curso superior.

No entanto, estimulada pelos meus pais, realizei o processo de avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim, de participar de processos seletivos para bolsa em universidades particulares.

Como forma de incentivo, meus pais, me ajudaram a ingressar em uma universidade

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

particular no curso de Psicologia. Com seis meses de curso fui beneficiada pelo Programa Universidade para Todos - PROUNI, em decorrência da nota do Enem.

Desde a finalização do ensino médio e mesmo com todos os contratempos que apareceram, eu vinha buscando o ingresso em uma universidade pública. Mas não vou negar que vinha desmotivada pelas inúmeras tentativas frustradas. Minha família foi fundamental para que eu não desistisse do acesso à universidade.

Sendo assim, mesmo já estando em um curso superior, realizei o vestibular macro para a Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E já havia definido que aquela seria a última vez.

Lembro como se fosse hoje, o dia que recebi o resultado do vestibular. Eu estava indo entregar minha documentação para um novo emprego, quando, minhas irmãs me ligaram para contar. Eu nem sabia o que fazer ou como agir. Eu nem sabia se devia acreditar que era verdade. A gente, de modo geral, sabe que é capaz, mas em algum momento se questiona se de fato é.

Nesse período, meu pai estava em um processo de internação devido à problemas renais e minha mãe o acompanhava. Liguei para contar a novidade e, como esperado, foi uma alegria. Realizei minha matrícula. Que sensação: “Eu era aluna da Universidade do Estado do Amazonas”. Como me senti privilegiada por ter sido escolhida diante de tantos jovens que tem o mesmo sonho!

As expectativas em torno da universidade foram muitas e eu não tinha ideia dos desafios que seriam enfrentados daquele momento em diante. De cara, nos deparamos com um professor subindo em cima da mesa, dando o melhor de si e desconstruindo, de forma positiva claro, tudo aquilo que romantizávamos sobre a universidade.

Acredito que os primeiros questionamentos feitos por mim e por todos os calouros é: “Será que eu consigo a média oito?”, “Mal conseguia a cinco, imagina a oito!”, “Vou morar aqui”. E com o passar do tempo, descobrimos que a nota oito nem era tão complicada assim, as vezes é claro.

Posso com toda a certeza dessa vida dizer que na universidade eu conheci e tive a oportunidade de aprender com os melhores professores. Profissionais que compartilharam suas experiências de vida, conhecimentos e principalmente suas experiências profissionais.

No que consiste à turma de calouros, estávamos todos na mesma sintonia. Mais tarde a turma denominou-se “Pedagogia do amor” e apesar de em alguns momentos haver

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

conflitos mesmo que pequenos, de fato, a turma fazia valer o nome.

Passamos por diversas situações, juntos. Buscávamos ajudar uns aos outros, visto que, a faixa etária era completamente diversificada. Nas atividades que nos eram propostas, procurávamos nos empenhar e desenvolver da melhor forma um papel que nos estava sendo proposto construir, o de educador.

As experiências, visões e conteúdos adquiridos nas aulas foram colocadas em prática quando iniciamos os estágios. O Estágio Supervisionado I – Educação Infantil, foi nosso primeiro contato com o ambiente escolar. Por meio de um caderno de campo, deveríamos registrar a nossa visão de sala de aula, do trabalho do professor e relacionar ao que aprendemos na universidade.

Naquele momento, a escola João e Maria<sup>1</sup>, foi escolhida por mim, de acordo com o melhor acesso, para que não prejudicasse as outras atividades que eu desenvolvia, bem como, para que não houvesse atrasos. Pela manhã, eu realizava um outro estágio obrigatório da Faculdade de Psicologia, não remunerado, em um lugar denominado Casa Abrigo Arco-íris, que recebia crianças e jovens para acolhimento e trâmites educacionais. E talvez por tal motivo, cheguei a pensar que estar em uma instituição de educação infantil seria fácil, mas, como todo aluno, também tive medo.

Durante o período que antecede os estágios, somos preparados para encarar de frente a sala de aula, aprendemos técnicas, conhecemos autores, mas o fato é que nunca estamos preparados.

Conforme Guarnieri (1996), destaca “é no exercício da profissão que se consolida o processo de tornar-se professor, ou seja, o aprendizado da profissão a partir de seu exercício possibilita configurar como vai sendo constituído o processo de aprender a ensinar”.

Partindo deste princípio, a experiência de Estágio I consistiu não apenas em aprender qual o papel do professor na Educação Infantil ou em como ser professor, mas também contribuiu para que o acadêmico conheça a realidade vivida nas escolas públicas, como a falta de recursos didáticos, a violência, a falta de apoio familiar, o cansaço do professor, bem como, acaba enfrentando junto com o professor os desafios diários da prática docente.

Inicialmente a Pedagoga responsável anotou os nomes das professoras e os respectivos períodos para que pudéssemos escolher qual nos adaptaríamos melhor. Escolhi o primeiro período (4 anos de idade), onde na minha concepção me adapto melhor.

Acredito que a romantização da sala de aula me fez ficar um pouco frustrada nesse

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

primeiro estágio, pois, a professora que já possuía mais de 30 anos de magistério é claramente o tipo de profissional que eu não gostaria de me tornar. Por vezes despertou um sentimento de tristeza e revolta, devido a comentários do tipo: “Tá em tempo de repensar”, “Tem certeza mesmo que é essa vida que vocês desejam?”, “Olha só essas crianças: ainda dizem que isso é o futuro do Brasil!”.

Inúmeros foram os comentários, inúmeras foram as separações pela cor da pele, inteligência ou comportamento. E víamos crianças apreensivas, temerosas e sem a liberdade de criar, desenhar, cantar, ouvir e contar histórias, que uma sala de educação infantil costuma oferecer. Naquele período, nosso plano de ação foi a contação de história e o desenho livre. Momento esse que deu a eles a liberdade que há muito não se via.

Enquanto seres humanos vivemos em um processo de construção e a prática docente está inclusa. Podemos aprender a ser professor em qualquer ambiente e com qualquer recurso. O estágio em Educação Infantil se faz importante para o acadêmico, pois contribui para a observação e aprendizado de uma realidade que o mesmo irá se deparar ao concluir o curso, bem como, contribui para que o acadêmico tenha a oportunidade de construir um olhar transformador para essas mesmas práticas, inovando e possivelmente modificando o local em que estará inserido.

## **2.2 A contribuição do Curso de Pedagogia para a formação e atuação na Educação Básica, mais especificamente, na Educação de Jovens e Adultos – EJA**

Nesta parte do trabalho damos continuidade às considerações sobre a experiência no Estágio Supervisionado, pois é através dele, sobretudo, que vai ser estabelecida a relação da teoria com a prática, bem como a oportunidade de conhecer e analisar a atuação do professor no âmbito da sala de aula e/ou da gestão escolar, sob as orientações e análises das professoras da Universidade, responsáveis pela disciplina.

Nessa direção, ressaltamos que “enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas.” (Pimenta, 2006, p.6).

No que se refere ao Curso de licenciatura em Pedagogia, da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas, o Estágio Supervisionado é abordado da seguinte maneira:

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Concebe-se estágio como a experiência profissional na qual se busca articular e construir saberes, a partir da prática docente, da participação na gestão de processos educativos e da atividade de pesquisa, em escolas da rede pública e particular de ensino, preferencialmente da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Manaus, 2019, p.1).

Isso representa a possibilidade de, por meio do estágio, conseguirmos problematizar e refletir sobre a especificidade do processo da sala de aula e da gestão escolar, a partir da análise da orientação legal e da vivência de práticas pedagógicas na escola, bem como realizar a observação do cotidiano escolar vinculado a esse modelo de gestão, descrevendo-o e problematizando-o para a elaboração do relatório de estágio. Tem o intuito de reforçar as teorias estudadas, partindo do pensamento sobre o verdadeiro papel do professor e da equipe pedagógica.

A imersão no futuro ambiente de atuação profissional possibilita ao estagiário uma releitura do percurso formativo frente a essa realidade escolar e “nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequados, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram” (Pimenta, 2006, p.7).

Nessa mesma perspectiva, o estágio tem um papel formador na vida do acadêmico que está finalizando o seu processo dentro da universidade e que na prática, irá perceber como se dá a atuação do profissional pedagogo.

Assim essa prática, o fará perceber que precisará exercer um papel importante na formação do aluno e na gestão de uma equipe, sendo através dela que tomará proporção da realidade das escolas, nas quais futuramente alguns ingressarão e compreendendo que fazer uma gestão democrática é um desafio ainda maior.

O estágio nos proporcionou conhecer a estrutura da escola, a organização administrativo-pedagógica, o professor e o seu papel na educação, bem como os alunos e a relação da escola com a comunidade, nos proporcionou ainda, colocar em prática todo o conhecimento adquirido através da matriz curricular proposta pela universidade.

A realização do estágio se deu por ser obrigatório para o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como por sua importância acerca do aprendizado acadêmico, articulado às disciplinas específicas como Educação de Jovens e Adultos; Planejamento de Ensino e Avaliação; Currículo do Ensino Básico; Metodologia da Alfabetização; História da Criança e do Jovem no Brasil, dentre outras que contribuíram de forma significativa para nosso desenvolvimento como profissional da educação.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

A escola municipal foi escolhida por ser mais próxima ao local em que trabalho, pela dinâmica utilizada na escola e para execução do estágio com pontualidade.

Faz-se importante que os acadêmicos do curso de licenciatura em Pedagogia obtenham conhecimentos prévios, por meio do Estágio Supervisionado e outras atividades teórico-práticas, das salas de aula e dos processos de gestão e coordenação pedagógica das escolas, com o intuito de não haver um choque de realidade pela não obtenção de conhecimento específico para determinadas funções dentro de uma equipe pedagógica.

Considerando o que explica Pimenta (2006, p.11) “A profissão docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino.”. Desse modo, a obtenção de conhecimento dentro da universidade contribui para que o futuro docente, possa fazer a diferença por meio da educação na mudança do cotidiano, do profissional e do pessoal desses alunos.

### **2.3 Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos**

Apresentarei a partir daqui os aspectos mais específicos da escola onde desenvolvi a experiência no Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos, destacando-se breve histórico; estrutura física e dados administrativo-pedagógicos; Projeto Político Pedagógico e organização do trabalho pedagógico; a relação entre a escola, a comunidade e a dimensão da gestão democrático-participativa.

#### **2.3.1 Aspectos históricos, físico-administrativos e pedagógicos**

A escola organiza-se em função de sua proposta pedagógica para atuar na formação dos alunos, observando os princípios e valores estabelecidos pela política educacional que é explicitada nos documentos oficiais nacionais, estaduais e locais, buscando alcançar os objetivos voltados para o perfil de cidadão e de sociedade que se pretende construir. Assim sendo:

[...] O ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, que propicie a ação e a reflexão. Uma escola ou uma creche é antes de tudo, um sistema de relações em que as crianças e os adultos não são apenas formalmente apresentados a organizações, que são uma forma da nossa cultura, mas também a possibilidade de criar uma cultura. [...] É essencial criar uma escola ou creche em que todos os integrantes sintam-se acolhidos, um lugar que abra espaço às relações (Rinald, 2002.p. 77).

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

A escola municipal foi inaugurada em 04 de novembro de 1978, recebendo o nome do músico e compositor Raimundo Ximenes, iniciando suas atividades somente no ano de 1979, na administração do prefeito José de Oliveira Fernandes, tendo como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com uma estrutura física erguida em alvenaria, oferecendo a comunidade o ensino de 1º a 4º séries e o PEB (Programa de Educação Básica).

A Escola tem seu ato de criação através da Lei nº 1.724, de 31 de outubro de 1984, sendo reconhecido pelo Parecer nº 024/89.

No período de 1984 a 1992 foi implantado o Projeto Espiral que compreendia o Primário (1ª a 4ª séries) e o Ginásio (5ª a 8ª séries), que funcionava na comunidade, em um anexo da Escola. Em 2004, foi implantado o Ensino Fundamental com duração de nove anos, com a modalidade de Ciclos, correspondendo ao antigo primário, nos turnos matutino e intermediário, no vespertino e noturno com a Educação de Jovens e Adultos.

A escola encontra-se na fase de envolver com maior profundidade a comunidade escolar na qual se encontra inserida, buscando unidade, compromisso, responsabilidade e reflexão nas suas ações educativas para um melhor direcionamento no seu fazer pedagógico.

No que se refere aos dados do patrono, Raimundo Ximenes, é o autor de uma das óperas brasileiras mais conhecidas no mundo, O Guarani, estreada em 19 de março de 1870 no Teatro Scala de Milão, encenada depois nas principais capitais europeias. Essa ópera consagrou o autor e deu-lhe a reputação de um dos maiores compositores líricos da época.

No que consiste aos aspectos físicos da escola,

[...] A qualidade e a organização do espaço e do tempo dentro do cenário educacional podem estimular a investigação, incentivar o desenvolvimento das capacidades de cada criança, ajudar a manter a concentração, fazê-la sentir-se parte integrante do ambiente e dar-lhe uma sensação de bem-estar (Galardini, 2002, p. 118).

As salas de aula comportam cerca de 30 alunos, possuindo carteiras que aos poucos estão sendo danificadas e riscadas pela comunidade escolar. A escola dispõe de 01 sala de direção, 01 secretaria, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 sala de professores, 02 salas de leitura, 01 telecentro, 10 salas de aula, 01 escovódromo, 02 almoxarifados, 01 depósito de merenda, 01 cozinha, 03 banheiros masculinos, 03 banheiros femininos, 01 banheiro de funcionários, 01 banheiro PNE, 01 refeitório, 01 Horta escolar e 04 áreas de lazer.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

De acordo com seu Projeto Político Pedagógico - PPP, são disponibilizados recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que visam estabelecer uma relação escola – família, bem como, utilizar os recursos para manter a ordem e a qualidade na estrutura física da escola, visando ainda a qualidade do ensino.

Todas as salas são climatizadas e espaçosas, permitindo ao professor o desenvolvimento de diversas atividades que necessitem a utilização do ambiente. A sala dos professores é ampla e possui um banheiro que é utilizado pelos estagiários, professores e demais funcionários.

A escola possui um quadro de funcionários diversificados. Em sua maior parte, são graduados em licenciaturas e áreas afins, concursados e profissionais em regime de CLT, com carga horária que se divide entre 20 a 40 horas/semanais.

No âmbito administrativo, a maior parcela de funcionários possui o Ensino Médio. A formação continuada ocorre conforme o calendário previsto na Semed. O PPP da escola destaca que a estrutura e a organização escolar devem fundamentar-se em princípios democráticos e estar a serviço do ser humano. Para isso, é essencial o exercício constante de reflexão sobre a prática e a implantação de políticas de investimentos na capacitação continuada, incluindo reuniões para estudo e planejamento.

Os documentos que a escola tem como padrão foi de fácil acesso, uma vez que o gestor da escola deixou a nossa disposição e principalmente à disposição da comunidade, mas não foi possível observar a manifestação dos pais e comunitários nesse sentido.

Celiberti (2005, p. 56) destaca que a participação popular é uma forma de viver a democracia. Destaca ainda que:

A participação democrática abarca a sociedade em seu conjunto, as meninas e os meninos nos centros educativos, em seus domicílios e na sociedade, os adolescentes e os jovens, as mulheres, os gays, lésbicas, os transexuais, os transgêneros, os atores políticos e sociais, mas também quem constrói a cultura, poesia e a arte.

Percebe-se que há certo comodismo por parte da comunidade escolar que fica sempre à espera que a gestão possa estar resolvendo os problemas da escola, contudo, quando se sentem incomodados querem cobrar melhorias.

Na escola, todos os professores possuem curso superior em Pedagogia e possuem habilitação em nível de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, apenas três professores possuem especialização em Gestão Escolar.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

O currículo é trabalhado de forma integral, onde os conteúdos ministrados na escola visam desenvolver as habilidades e competências, priorizando o desenvolvimento escolar e a autonomia. Os conteúdos ministrados por sua vez, expressam certa continuidade e interdisciplinaridade facilitando ainda mais a compreensão do aluno acerca de determinado assunto.

A instituição quer ser reconhecida pelo seu trabalho de qualidade composta por pessoas qualificadas e espírito de equipe. E foi constatado que nesta unidade escolar tem professoras bem relacionadas com seus alunos, comunidade e escola.

Quanto às avaliações, nesse Estágio Supervisionado pude observar que os professores procuram deixar o aluno ciente do conteúdo que será avaliado na prova. Através de revisão e da própria sequência didática aplicada em sala de aula, os alunos se orientam acerca do conteúdo. Outra observação se dá justamente pelas disciplinas que conversam entre si, podendo assim os conteúdos serem reforçados para o aluno e a interdisciplinaridade ser realizada sem permitir que o aluno se sinta cansado ou mostre desinteresse pela aula.

A proposta educacional expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na orientação curricular trabalhada pela SEMED amplia as noções de conteúdos escolares para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes. Ao considerar as outras dimensões do conteúdo escolar, ressalta-se o comprometimento com a formação integral do aluno, tendo em vista ser vinculado à função social da escola.

No processo da prática docente, segundo informações, os professores têm um planejamento fechado, com estratégias didáticas, seleção de conteúdo, tendo registros em diárida prática educativa.

A escola conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) na supervisão e avaliação do desempenho da instituição e atende crianças e jovens com necessidades educacionais específicas, promovendo a inclusão desses alunos com deficiência (intelectual, visual, motora ou auditiva) no ensino regular e contando ainda com o apoio dos mediadores disponibilizados pela SEMED.

Temos convicção de que o mais importante além do desenvolvimento dos conteúdos é que os professores tenham a oportunidade de demonstrar suas capacidades e serem respeitados. A formação continuada dos professores é importante para garantir o ensino de qualidade, facilitando o desenvolvimento do trabalho e favorecendo o acesso dessas crianças e jovens ao ensino que de fato merecem ter. Livre de preconceitos e permitindo

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

que os mesmos se tornem professores reflexivos e sensibilizados com a realidade dos seus alunos.

### **2.3.2 Projeto Político Pedagógico e organização do trabalho pedagógico**

A escola conta com uma proposta pedagógica em forma de documento e sua elaboração teve a participação de apenas 9 (nove) pessoas. Segundo informações colhidas na escola, o documento foi elaborado pelos gestores e com participação mínima da comunidade, visto que, na elaboração da proposta houve divulgação para a comunidade escolar, mas poucos compareceram.

A elaboração do PPP surgiu da necessidade de se organizar um conjunto de princípios orientadores que vão servir de base para a estruturação dos fundamentos que norteiam a pedagogia da Escola. É, portanto resultado da reflexão e da troca de experiências ao longo de anos e é realizado através da gestão democrática.

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 2007, p.13).

No Projeto Político Pedagógico da escola é destacada a sua proposta que tem como norteador da sua prática a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010) – DCNs e a política educacional da Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED e, sua metodologia de ensino está baseada na teoria sociointeracionista, ou seja, a integração entre os aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais. O Projeto Político Pedagógico privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os conteúdos curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2019).

Atualmente o PPP da escola encontra-se em processo de reformulação e o ano base é

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

de 2016. Com isso, visam criar metas e alcançá-las, para que a escola possa ter autonomia, comprometida com a formação cognitiva, política, ética, emocional e criativa do aluno.

A organização da escola realizada pelo gestor se constitui com a finalidade de realizar um trabalho em unidade através do planejamento e concretização dos serviços elencados pelo grupo anteriormente. Libâneo (2003, p. 301) define que os estabelecimentos escolares se diferenciam pelo grau em que conseguem a aprendizagem de seus alunos.

É necessário destacar alguns itens relevantes sobre a escola e seu contexto organizacional como, por exemplo, o espaço escolar que muitas vezes é pouco utilizado para a realização de atividades práticas, fora do âmbito da sala de aula.

A quadra é bastante espaçosa e há certa limitação quanto ao seu uso. É normalmente utilizada para aulas de Educação Física, atividades recreativas e festas promovidas pela escola. Na Educação de Jovens e Adultos, nota-se a falta de interesse por parte dos alunos de realizar as atividades de Educação Física.

Os temas transversais na escola são aplicados em sala de aula através de conteúdos formais e articulados aos conteúdos previamente programados.

Outro ponto acerca da organização do trabalho pedagógico é o HTP – Hora do Trabalho pedagógico que foi determinado pela Lei do Piso e Plano Nacional de Educação - 11.738/2008 para que os professores obtivessem um tempo para realizar as atividades extraclasse pedagógicas e de formação continuada, essa última quase não sendo realizada.

No art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº 11.738/08 que trata da Lei do Piso e Plano Nacional de Educação, a jornada de trabalho do professor, determina que 2/3 da carga horária seja destinada para as atividades de interação com alunos e o outro 1/3 da jornada de trabalho destinado às atividades extraclasse (BRASIL, 2008, p.1).

Na escola é importante que o professor disponha desse tempo estabelecido por lei, contudo, muitas das vezes esse tempo que deveria ser direcionado para realização de planejamentos e formações continuadas acaba sendo direcionado para o atendimento de pais e responsáveis que procuram por notícias sobre o desempenho escolar de seus filhos.

As HTPS caracterizam – se por momentos destinados à preparação desse professor para melhoria da sua prática docente, momentos privilegiados de estudos, discussão com os demais professores acerca do currículo escolar.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Mobilizando as ideias de Gadotti,

Amar o conhecimento como espaço de realização humana, de alegria e de contentamento cultural, cabe-lhe selecionar e rever criticamente a informação, formular hipóteses, ser criativa e inventiva (inovar); ser provocadora de mensagens e não pura receptora; produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado. (GADOTTI, 2000, pág.8)

Outro destaque aponta para a rotatividade de professores, que muitas vezes não permanecem no quadro de funcionários da escola por diversos motivos.

A rotatividade docente prejudica o fazer pedagógico da Instituição, neste caso a escola Municipal, no que consiste a organização dos horários das aulas, das atividades por disciplina, do agendamento de reuniões com pais e até mesmo com o corpo pedagógico.

### **2.3.3 A escola, a comunidade e a gestão democrático-participativa**

A escola está inserida na comunidade da Compensa I, que é constituída por um grande e aglomerado centro comercial, na zona Oeste de Manaus e tem uma população estimada em 80 mil moradores e 46 anos de existência comemorado no dia 13 de junho.

A Compensa até a alguns anos era tido como um bairro extremamente violento. Isso se deve, de acordo com os moradores mais antigos, a sua origem estar ligada aos constantes conflitos travados entre os próprios moradores, proprietários e o Estado.

Com acelerado processo de urbanização da cidade de Manaus nos anos 60 em decorrência da criação da Zona Franca, a cidade passa a ser o centro preferido para os imigrantes do interior do Estado, além dos Estados vizinhos (especialmente paraenses e nordestinos), que migram esperando encontrar condições de vidas mais favoráveis. A princípio encontraram pobreza, miséria e um longo caminho a percorrer em busca de um lugar ao sol.

Com o processo natural do crescimento populacional da cidade, muitos do que hoje habitam o bairro, não tinha casa e na expectativa do milagre econômico, se fixaram na orla do rio Negro em casas erguidas sobre balsas flutuantes, formando a conhecida “cidade flutuante”. Não tem um lugar específico para o comércio, apesar de possuir no entroncamento da Avenida Brasil e entrada na Rua São Pedro um Mini Shopping e a Feira Modelo da Compensa,

sua área comercial está espalhadas por todo o bairro.

A família Borel sofre invasão vinda da Alemanha, no período da Segunda Grande

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Guerra, a família Borel fixa residência em Manaus adquirindo parte da área que hoje é conhecida como bairro da Compensa. Sob a responsabilidade de Oscar Borel, morto em 13 de junho de 1968, mesmo ano que inicia o processo de invasão da área. A viúva Maria Borel e mais os 10 filhos do casal não consegue evitar a invasão nas terras da família.

Assim começa a surgir o complexo desordenado urbano que é a Compensa vivendo com as promessas de reestruturação do bairro.

Um dado curioso é que o bairro já teve três diferentes denominações. A primeira chamada de Vila de Sapé (relativo ao tipo de palha que cobriam as casas). A segunda de Cidade das Palhas (também devido ao estilo de cobertura das casas) e por último, mas não menos importante o atual nome de Compensa (originado de uma antiga serraria que produzia lâminas de compensado).

A gestão democrática indica a participação efetiva dos pais, professores, direção e da equipe pedagógica, em todos os aspectos da organização da escola.

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96): as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão democrática (Brasil, 1996, Art.14).

Observou-se que na escola em questão a gestão acaba ficando centralizada no gestor que toma todas as decisões acerca do espaço escolar e suas demandas, tornando distante a ideada gestão democrática, pois de acordo com Libâneo (2005, p.445)

Numa concepção técnica – científica de escola, a direção é centralizada numa pessoa, as decisões vem de cima para baixo, bastando cumprir um plano previamente elaborado, sem participação dos professores, especialistas e usuários da escola. Já numa concepção democrático- participativa, o processo de tomada de decisões se dá coletivamente, participativamente.

Há, no entanto, registros no Projeto Político Pedagógico que a escola trabalha na perspectiva da gestão democrática e na observação durante este estágio foi perceptível que o gestor até procura trabalhar com esse intuito, de levar a comunidade, o corpo docente e demais funcionários a interagirem entre si, contudo a participação da comunidade é um tanto nula e limita-se ao horário de entrada e saída dos alunos, não ultrapassando os limites dos portões.

A gestão democrática e a participação popular é um processo que nos leva a pensar, repensar e reavaliar as práticas pedagógicas, estudar as diferenças, e principalmente, saber atuar diante do processo de inclusão sem gerar a exclusão. O que percebemos foi que a escola municipal mesmo realizando as reuniões com os professores acaba por

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

aguardar a decisão final do gestor.

O gestor procura buscar que a escola possua como perspectiva, considerar as experiências vivenciadas e as expectativas dos alunos de modo a propiciar a descoberta e a construção do conhecimento, tornando-se sujeitos de sua própria história e para que sejam sujeitos críticos-reflexivos e façam a diferença dentro da sua comunidade. Contudo ainda há um longo caminho a percorrer no que consiste a implantação da gestão democrática e a participação da comunidade dentro desta escola.

### **2.3.4 Caderno de campo: observações, reflexões e limitações**

Destacaremos nesta parte do trabalho as observações realizadas no período do Estágio, considerando as turmas da Educação de Jovens e Adultos, mediante a rotina docente, relação professor-aluno-gestão-administrativos e nossa interação mais efetiva com alguns alunos e situações impactantes, porém necessárias para maior aproximação com a realidade da escola. É importante ressaltar que as falas apresentadas resultaram de conversas informais dentro e fora da sala de aula, pois a escrita desta monografia se pautou na pesquisa bibliográfica e documental. Onde nesta parte o relatório de Estágio e o caderno de campo foram essenciais.

#### **Miguel, 16 anos. (Nome e Idade Fictícia)**

Aluno da Escola Municipal onde realizo estágio, não compareceu à aula naquele dia. Contudo foi a escola para falar com um amigo que prometeu um trabalho para ele e queria confirmar “*se ia rolar*” (Sic).

Em conversa informal, perguntou o que eu fazia naquela escola e prontamente respondi que estava realizando meu Estágio. Ele rapidamente perguntou: “*Estádio? Aquilo que você faz quando estuda?*”. Repeti a palavra corretamente e expliquei como funcionava o estágio da faculdade.

Durante a conversa, o amigo aparece e diz que o emprego para ele está certo. E quando eu pergunto qual era a vaga de emprego ele responde: “*É de mecânico! Sabe né? Pra quem não tem nada, qualquer emprego serve*”.

“*Deixei de estudar porque meu pai estava doente e precisava ajudar e depois que ele faleceu resolvi voltar a estudar*”. Destacou que “se atrasou muito” quando se referiu ao fato de ter abandonado os estudos.

Na sequência perguntou: “*Moça, você sabe me dizer qual a faculdade que a gente faz pra ser poeta?*” Neste momento me questionei qual é o papel que a escola vem

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

exercendo, no que diz respeito à orientação dos seus alunos quanto ao acesso à Universidade, pois, ainda conseguimos identificar muitos jovens que estão finalizando o ensino médio ou até mesmo adultos, provenientes da Educação de jovens e adultos, que desconhecem a possibilidade e a infinidade de cursos e programas educacionais ofertados nas instituições de ensino superior.

A realidade vivenciada pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos é cercada pelas incertezas da vida e que em muitos casos não tiveram oportunidades de estudar ou desistiram e resolveram retomar os estudos, mas trazem consigo uma carga de baixa autoestima e passam a buscar somente aprender a ler e escrever, deixando de demonstrar interesse pela continuidade ao estudo.

Foram vários os questionamentos que surgiram em meu ser, com a finalidade de entender o que a escola está tratando a respeito desse incentivo ao acesso à Universidade? Quais os meios que a escola poderia utilizar para incentivar o aluno de EJA a dar continuidade aos estudos?

Continuando a conversa com o aluno, expliquei um pouco sobre como funciona a Universidade, quais os cursos que a mesma dispõe e o mesmo se mostrava cada vez mais deslumbrado com a possibilidade de cursar uma faculdade e “*de graça*”, que devidos as condições em que vive foi o que mais importou para ele.

Disse que gostava de poesia e música e que o irmão dizia que a música nunca iria trazer dinheiro para ele. Quando soube da existência do curso de música numa instituição pública disse: “*Engraçado né? – Quando você não sabe de nada, pergunta pra quem não sabe mais ainda. É aí que você vai ficar sem saber mesmo. Meu irmão não sabe de nada!*” Concluiu.

### **A falta de oportunidade de retomar os estudos e os conflitos de gerações**

A falta de oportunidade em dar continuidade aos estudos e pressão que a sociedade impõe acerca da escolarização leva muitos Jovens, Idosos e adolescentes que deixaram de estudar, a buscar na EJA a oportunidade de voltar a estudar.

A sala de aula na qual estou acompanhando é composta (a maior parcela) por pessoas acima dos 25 chegando a alunos com cerca de 70 anos. Todos com o mesmo objetivo: Aprender a ler e a escrever.

Embora a turma seja considerada pela professora bastante unida e na prática percebo que de fato é. Um fato a ser destacado são os conflitos geracionais que acabam

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

acontecendo.

Jovens entre 15 a 18 anos têm buscado na EJA uma forma para antecipar sua escolarização no Ensino Fundamental e Ensino Médio (Que compete à rede estadual), com o intuito de não precisar pagar pelos chamados supletivos ofertados em escolas particulares da cidade.

Com isso há uma demanda na sala de aula de jovens e idosos, com faixa etária diferentes, culturas diferentes e que precisam aprender a conviver em um novo espaço. Percebe-se que nasala de aula os jovens não têm paciência com os mais idosos quando se trata da resolução das atividades. Destacam abertamente que os alunos mais idosos “*são devagar*” (sic).

A escola e a professora deverão realizar a troca de experiências? Colocando dois alunos com idades diferentes para realização de uma atividade conjunta? A proposta seria desenvolvera relação entre as duas gerações, utilizando-se das experiências de cada um e aproveitando – aspara melhorar o aprendizado. Pereira (2014, p.20), reforça que “é nos modos de convivência, na relação estabelecida com o (s) outro (s) que a existência humana se realiza”. Ou seja, a convicência entre as diferentes gerações se torna enriquecedora, devido a troca de experiências, o desenvolvimento das habilidades sociais, da empatia, ocorre um aumento da ampliação das perspectivas e/ou visões diferenciadas diante de um conflito, reduz de forma significativa o preconceito e os esteriótipos, bem como, cria um ambiente de aprendizagem colaborativo e integral dos alunos.

### **A Interdisciplinaridade na realização de atividades na EJA**

A realização de atividades que levem a interdisciplinaridade é bastante comum e encarada pela professora como um processo facilitador na aquisição do conhecimento.

A professora destacou que o trabalho interdisciplinar é a metodologia que ela utiliza para favorecer um aprendizado amplo e que permite maior interação deles, gerando questionamentos, discussão sobre o tema e articulação sobre os conhecimentos de cada aluno. Destacou ainda que utiliza elementos que os alunos possam relacionar com seu cotidiano e que os alunos acabam por passar esses conhecimentos para outras pessoas ou seus familiares.

Destacou ainda a importância da formação dos professores que atuam na EJA. Que levem em consideração os alunos que possuem, de onde ele fala e o que necessita.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

A professora utilizou a disciplina de ciências e de artes, explicando todo o conteúdo das plantas. Ao finalizar, pediu que cada um desenhasse uma árvore e nomeasse as partes. Os alunos reclamaram dizendo que não sabiam desenhar, mas mesmo assim realizaram a atividade.

### **O uso de drogas no espaço escolar**

Em um dia de estágio, observei que o gestor da escola telefonou para o 190 solicitando reforço policial para o horário do intervalo, utilizando como justificativa evitar o comércio de drogas dentro do espaço escolar, principalmente no banheiro masculino, visto que na região é bastante comum essa prática e a escola procura combater.

Como a escola deve se posicionar e qual deveria ser o seu papel na questão do combate as drogas nesse espaço educacional?

Detoni (2009, p. 127) enfatiza: “A escola não deve esperar que o problema surja na sala de aula, nos banheiros, no pátio ou no portão para discutir a questão”.

O consumo e o tráfico de drogas são apontados como um problema social que está se tornando cada vez mais forte dentro do espaço escolar. Muitas vezes os educadores ficam impossibilitados de atuar contra esse vício, devido ao medo que tem de sofrer represálias.

A realização de palestras informativas não basta, pois não é suficiente para que o indivíduo abandone essa prática.

Ávila (1998, p 150), reforça esse pensamento ao destacar que “ao trabalharmos a educação preventiva, não devemos deixar que este se restrinja à sala de aula, mas que seja passado a toda instituição, família e sociedade, visto que este é um problema social e merece ser mais debatido”.

-Acredito que a educação preventiva deve transcender os muros da escola para que possa ter um resultado eficaz, onde pode vir a ter um impacto na vida desses alunos de forma profunda e duradoura, ajudando a construir um grupo mais informado e preparado para enfrentar os desafios sociais.

### **2.3.5 Vínculo entre Estágio e temática do Trabalho de Conclusão de Curso**

A aprendizagem para muitos é uma enorme dificuldade, principalmente se os processos

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

empregados pelo professor ao invés de estimular a aprendizagem, inibirem esses alunos na busca pelo conhecimento. O aprendizado de qualquer disciplina dependerá das estratégias empregadas pelo professor, devendo esta ser facilitada, de modo que ao ser estimulado, o aluno aprenda de forma eficaz.

A problemática levantada por mim no ano de 2016, foi relacionada ao contexto da aplicação da matemática na Educação de Jovens e Adultos, a possibilidade desenvolver essa pesquisa se deu pela por não conseguir trabalhar o tema da Ludoterapia no espaço escolar, devido, a não oferta da Ludoterapia, no serviço público.

Devido à questões como o trancamento do período, o afastamento da universidade e a impossibilidade de trabalhar com a temática da ludoterapia, houve um certo descontentamento com ambos os temas.

Embora a temática acerca da aplicação da matemática seja importante, ao longo do estágio observei atentamente as relações da prática docente e o próprio estágio, onde começaram a surgir questionamentos de como o estágio que é visto como um extensão prática dos processo teóricos adquiridos em sala de aula dentro da universidade, podem contribuir para o meu ser docente. Que profissional através do estágio a universidade está buscando formar.

A perspectiva é que através das práticas de estágios desenvolvidas ao longo do curso, o ser docente desenvolva suas habilidades, adquira um senso reflexivo, esteja disposto a se reinventar diante das técnicas já existentes e das diversificadas situações que o ensino propõem.

### **2.3.6 Plano de Ação: perspectivas e limitações**

Na mesma perspectiva, o plano de ação teria inicialmente o foco da aplicação da matemática na Educação de Jovens e Adultos, através de jogos e outras atividades, bem como, um questionário para identificação social e para identificação acerca das dificuldades enfrentadas para o aprendizado da matemática, uma vez que, essa dificuldade aumenta quando nos referimos à Educação de Jovens e Adultos, levando – os novamente a casos de desistenciados estudos.

Essa pesquisa iniciou-se antes do período da pandemia da Covid - 19, onde a escola referida neste trabalho entrou em recesso alguns dias antes do anúncio do início da Pandemia, impossibilitando-me de realizar a aplicação do plano, bem como, de concluir a pesquisa de campo, aplicando o questionário.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Estimava-se que o período de isolamento fosse mínimo, no entanto, estendeu-se devido a distribuição geográfica da doença, existindo diversos surtos da Covid – 19 em vários países e regiões do mundo. Deste modo, ao retornar à universidade, houve o interesse de mudança do tema, por ocasião das escolas e da própria universidade adotarem o regime híbrido para aplicação das aulas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção desse estudo bibliográfico e documental sobre a prática docente e as experiências de estágio na educação de jovens e adultos, procurei relacionar os aspectos conceituais, legislativos, históricos da Educação de Jovens e Adultos, bem como, as experiências adquiridas nos estágios, especificamente, no terceiro estágio.

Embora saibamos que diante da riqueza que há em fazer estágio, a realidade de estar inserido num contexto escolar sem ter uma titulação, acaba por ser um tanto constrangedor, pois por diversas vezes, o professor que não tem comprometimento com a sua profissão e com o ensino de qualidade, acaba por assustar e desmotivar os aspirantes a professores.

Considerando que o objetivo geral deste estudo foi analisar as relações construídas entre a trajetória formativa no interior da Universidade e as experiências de Estágio na Educação de Jovens e Adultos – EJA, destacamos que ele foi parcialmente alcançado devido o contexto da Pandemia de Covid-19.

No que se refere aos objetivos específicos, foram abordados os aspectos históricos, legislativos e conceituais da Educação de Jovens e Adultos no primeiro capítulo, além de destacar os processos metodológicos utilizados, ainda relatos e reflexões resultantes da minha trajetória formativa na educação infantil, ensino médio, universidade. Destacando as experiências de estágio, especificamente, o estágio na Educação de Jovens e Adultos.

O Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia autora Selma Pimenta que se destacam na pesquisa sobre a docência e o estágio, explicaram de forma clara sobre a prática pedagógica utilizada nas instituições escolares, destacando sobre a importância da articulação das disciplinas apresentadas ao aluno dentro da universidade, junto ao estágio, afirmando que a relação entre a prática e a teoria possibilita ao aluno aprimorar o desejo de ser professor. A autora enfatiza que essas relações podem ser construídas desde o primeiro momento em que o aluno tem acesso à universidade.

Através dessa pesquisa, conclui que realizar uma observação crítica não é uma tarefa simples de se fazer porque a observação que é realizada, sem intervenção, às vezes nos causa um sentimento de impotência ou de que estamos ali avaliando as atividades desenvolvidas pelos professores, o que muitas vezes acaba fazendo com que o professor não seja tão receptivo.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

Muitos obstáculos nos distanciam da obtenção de bons resultados no que diz respeito à qualidade de ensino básico igualitário. A equipe de estagiários direcionados à escola municipal em questão tentou elucidar a observação no campo, tendo como base a Educação de Jovens e Adultos. Abordando ainda, pontos de vistas relevantes quanto ao ensino e a aprendizagem.

Educar pressupõe boas condições de trabalho, conhecimentos teóricos e práticos previamente ditos, habilidade e o comprometimento não somente dos bons profissionais, mas também da família e da comunidade.

Durante os anos de estágio o acadêmico acaba ainda por definir a categoria na qual pretende trabalhar, buscando após a universidade, a formação continuada na área com que maisse identificou.

Na perspectiva profissional, a elaboração desse trabalho trouxe de forma significativa, essa definição. No âmbito pessoal, trouxe um complemento para que eu possa refletir mais sobre a minha personalidade e também sobre as oportunidades que tive durante a trajetória escolar e valorizá-las para que eu possa desenvolver ou aprimorar a minha identidade.

No contexto educacional/acadêmico, este estudo reforçou o quanto nós devemos estar abertos a novos aprendizados, novos olhares, novas experiências para que possamos contribuir para o desenvolvimento da nossa profissão que é educar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. CORSO, Angela M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. – PUCPR, 26 a 29 de Outubro de 2015 – Paraná. ISSN 2176-1396. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753\\_10167.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf)>. Acesso em 12.03.2020.

ÁVILA, Maria Tâmara Porto de. A função educativa na prevenção do consumo abusivo de drogas. In: MEYER, Dagmar E. Estermann (org.). **Saúde na Escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) >. Acesso em 05.12.2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm) Acesso em: 03 set. 2019.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Resolução - CNE/CEB Nº 1, de 5 de Julho de 2000**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> >. Acesso em 20.06.2021.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB Nº: 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf) .

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.741, de 16 de Julho de 2008**. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. DOU - Diário Oficial da União - Brasília 17.7.2008. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11741](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11741) >

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 3, de 15 de Junho de 2010**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/-resolucoes-ceb-2010>>. Acesso em 11.04.2021.

GUASSO, Laura Zucuni. **Educação de Adultos no Brasil: O caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Instituto Federal Farroupilha**. Dissertação de Mestrado – Orientação Prof.<sup>a</sup> D<sup>a</sup> COUTO, Ana Isabel Mestrado em estudos profissionais especializados em educação: especialização em educação e formação de adultos – Instituto Politécnico do Porto - Porto, 2019.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação** - Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt&format=pdf> >

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

&gt;

LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MACHADO, Maria. M. A educação de jovens e adultos Após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016.** Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/687>>. Acesso em 12/03/2020.

MIRANDA, Fabio Miguel S; ARAÚJO, Viviane M, Soares de. Educação de jovens e adultos: desafios e motivações. **6º Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/Trabalhoev127md1\\_sa12\\_id4002\\_120\\_82019121259.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/Trabalhoev127md1_sa12_id4002_120_82019121259.pdf). Acesso em 12.03.2020

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica.** – Curitiba: Educarte, 2003.

NASCIMENTO S. M. D. Educação de Jovens e Adultos, na visão de Paulo Freire. Monogr. Orient. BORTOLOTO, M. C. C. - Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Pólo de Paranavaí - Paraná, Modalidade de EAD - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira, 2013.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, Set./Dez.1999, n. 12, p. 59-73.

ROMANZINI, Beatriz. **Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho?** Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>. Acesso em Dez, 2019.

PACHECO, Kátia Dutra; AMARAL, Marciliana Baptista. PEREIRA, Patrícia Maria; LIQUER, Waldinéia Rodrigues. Educação de jovens e adultos: o fazer docente perante o aumento da discência idosa. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery <http://re.granbery.edu.br>  
- ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - N. 15, JUL/DEZ 2013. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/NDkz.pdf>>. Acesso em 12.03.2020

PEREIRA, Paulo Santos. **O conflito geracional na prendizagem em sala de aula. Biblioteca digital da produção Intelectual de Brasília.** Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8897/1/2014\\_PauloSantosPereira.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8897/1/2014_PauloSantosPereira.pdf)

RIBEIRO Vera M. M. ET ALLI. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento;** — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício

VEIGA. Ilma Passos (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007

1. Por questões de pesquisa, o nome da escola é fictício